

Accounting choice: características das companhias brasileiras que optaram pela manutenção versus baixa da reserva de reavaliação

Reiner Alves Botinha (UFU) - reiner.botinha@gmail.com

Camilla Soueneta Nascimento Nganga (UFU) - camilla.soueneta@hotmail.com

Marcelo Tavares (UFU) - mtavares@ufu.br

Resumo:

A contabilidade enquanto teoria objetiva explicar e prever as práticas contábeis, e nessa mesma linha busca identificar os principais motivos das decisões tomadas, e entre elas a decisão de escolher um método contábil em detrimento de outros métodos, o que pode impactar nos resultados econômico-financeiros, inclusive nos custos. Assim a presente pesquisa tem como foco trabalhar com as escolhas contábeis (accounting choice), tendo o objetivo de identificar as principais diferenças entre as características das empresas que optaram por manter versus baixar os saldos da reserva de reavaliação. A pesquisa foi feita com uma amostra de 120 sociedades abertas, com saldo de reserva de reavaliação em 31 de dezembro de 2007. As características das empresas foram representadas pelas variáveis de controle: nível de governança corporativa, emissão de ADRs (American Depositary Receipt), participação dos administradores nos resultados, aplicação do deemed cost na adoção inicial das IFRS, empresa auditada ou não por uma Big Four, tamanho da reserva de reavaliação, tamanho da empresa e nível de endividamento da empresa. Para as variáveis qualitativas foi aplicado o teste de razões de verossimilhança proposto por Biasi e Ferreira (2009), e para as variáveis quantitativas foi aplicado o teste não paramétrico de Mann-Whitney. Como resultado, verificou-se que não houve uma diferença estatisticamente significativa entre as proporções das empresas que baixaram o saldo da reserva de reavaliação em relação às empresas que mantiveram o saldo, para as variáveis quantitativas abordadas, resultado diferente para as variáveis qualitativas que apresentaram diferença estatisticamente significativa entre as escolhas contábeis.

Palavras-chave: Escolha contábil. Reserva de reavaliação. Teste de razão de verossimilhança.

Área temática: Abordagens contemporâneas de custos

Accounting choice: características das companhias brasileiras que optaram pela manutenção versus baixa da reserva de reavaliação

Resumo

A contabilidade enquanto teoria objetiva explicar e prever as práticas contábeis, e nessa mesma linha busca identificar os principais motivos das decisões tomadas, e entre elas a decisão de escolher um método contábil em detrimento de outros métodos, o que pode impactar nos resultados econômico-financeiros, inclusive nos custos. Assim a presente pesquisa tem como foco trabalhar com as escolhas contábeis (*accounting choice*), tendo o objetivo de identificar as principais diferenças entre as características das empresas que optaram por manter versus baixar os saldos da reserva de reavaliação. A pesquisa foi feita com uma amostra de 120 sociedades abertas, com saldo de reserva de reavaliação em 31 de dezembro de 2007. As características das empresas foram representadas pelas variáveis de controle: nível de governança corporativa, emissão de ADRs (*American Depositary Receipt*), participação dos administradores nos resultados, aplicação do *deemed cost* na adoção inicial das IFRS, empresa auditada ou não por uma *Big Four*, tamanho da reserva de reavaliação, tamanho da empresa e nível de endividamento da empresa. Para as variáveis qualitativas foi aplicado o teste de razões de verossimilhança proposto por Biasi e Ferreira (2009), e para as variáveis quantitativas foi aplicado o teste não paramétrico de *Mann-Whitney*. Como resultado, verificou-se que não houve uma diferença estatisticamente significativa entre as proporções das empresas que baixaram o saldo da reserva de reavaliação em relação às empresas que mantiveram o saldo, para as variáveis quantitativas abordadas, resultado diferente para as variáveis qualitativas que apresentaram diferença estatisticamente significativa entre as escolhas contábeis.

Palavras-chaves: Escolha contábil. Reserva de reavaliação. Teste de razão de verossimilhança.

Área Temática: Abordagens contemporâneas de custos.

1 Introdução

O objetivo da contabilidade como teoria é explicar e prever as práticas contábeis, cuja função de explicação seja oferecer razões para a prática observada (WATTS; ZIMMERMAN, 1986). Essa função se alinha com a linha positivista para a qual a prática contábil está caminhando, onde não basta observar a prática e impor normas referentes (linha normativa), mas também buscar identificar os principais motivos das decisões e práticas tomadas, por meio de testes e estudos empíricos.

Um exemplo claro e salientado em estudos anteriores (WATTS; ZIMMERMAN, 1986; FIELDS; LYS; VINCENT, 2001), é buscar explicar o porquê da escolha do método de inventário PEPS (primeiro a entrar e primeiro a sair) ao invés do UEPS (último a entrar e primeiro a sair) feito por algumas empresas.

A função de previsão significa prever fenômenos contábeis não observados, a qual sob o mesmo exemplo anterior, a contabilidade pode fornecer hipóteses sobre os atributos pelos quais as empresas decidiram utilizar o método PEPS, em comparação aos atributos das empresas utilizarem o UEPS, sendo tais hipóteses testadas com base em dados passados, prevendo então o que pode acontecer a partir de então (WATTS; ZIMMERMAN, 1986).

A contabilidade possui muitas finalidades, sendo difícil analisar uma questão somente de forma isolada, e embora seja necessário haver uma teoria abrangente de escolhas contábeis, ainda não há uma teoria que atenda a essa demanda (FIELDS; LYS; VICENT, 2001).

Porém o cenário global atual aponta para o desenvolvimento de estudos e normas, como é o caso das normas internacionais de contabilidade - IFRS (*International Financial Reporting Standards*, com o objetivo da convergência contábil), que busca enfrentar e fornecer diretrizes para transações contábeis que colocam os diversos usuários em situações de escolha, bem como identificar quais os principais motivos que levam os usuários a um comportamento em detrimento de outro para fins de explicação e predição.

Neste prisma, embora não haja uma teoria fundamentada, e as orientações ainda sejam limitadas, é necessário um desenvolvimento em busca de se alcançá-la, o que implica em buscar testes estatísticos, “estressar” variáveis e categorias, de maneira a identificar como estas variáveis e categorias influenciam nas escolhas contábeis, e nos incentivos inclusos neste processo, o que pode gerar impacto nos custos e nos resultados econômico-financeiros.

No Brasil, o processo de convergência contábil, acelerado pela promulgação da Lei 11.638/07, dentre várias mudanças promovidas eliminou da prática contábil a alternativa de mensurar os ativos e passivos pelo custo reavaliado após o seu registro inicial. Entretanto na fase de implementações de tais mudanças em 2008, permitiram-se escolhas contábeis quanto à questão exposta: fazer a manutenção do saldo da reserva de reavaliação ou efetuar a sua baixa.

Assim, a presente pesquisa, diante da necessidade apresentada de identificar os motivos das decisões contábeis, busca responder à seguinte questão: quais são as características que diferenciam as companhias que decidiram por manter das companhias que decidiram por baixar os saldos da reserva de reavaliação?

O objetivo do trabalho consiste em identificar as principais diferenças entre as características das empresas que optaram por manter versus baixar os saldos da reserva de reavaliação. Em face do objetivo da pesquisa, serão aplicados testes estatísticos de forma a associar as características mencionadas.

Espera-se com essa pesquisa, fornecer mais pressupostos que auxiliem na construção da teoria visando apresentar explicações e predições referentes às escolhas contábeis realizadas pelas empresas diante de normas e orientações trazidas pelo cenário de convergência contábil.

2 Revisão teórica

2.1 Convergência contábil

Mais de cem países já adotam as normas internacionais de contabilidade (IFRS – *International Financial Reporting Standards*), padrão contábil que visa harmonizar as práticas contábeis no âmbito internacional. Tais normas são desenvolvidas de forma a criar um ambiente que exija mais julgamento (subjetividade) do que seguimento de regras, para a elaboração das demonstrações contábeis.

O órgão responsável pela aprovação e emissão de normas IFRS é o IASB (*International Accounting Standards Board*). No Brasil, visando atender aos objetivos do IASB, foi criado em 2005 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), conforme art. 3º da Resolução CFC nº 1055/05, com o objetivo principal de orientar as empresas e profissionais contábeis no processo de convergência às IFRS. Entretanto, até então o objetivo do IASB era visto apenas como uma aspiração de alguns agentes, não tendo poder de exigir a adequação ao novo padrão contábil por parte das empresas alcançadas pela norma.

Da mesma forma, o CPC emitia seus pronunciamentos e buscava orientar as empresas, mas estas não estavam efetivamente inseridas no processo de convergência, salvo àquelas

empresas que adotavam o padrão de forma voluntária. Assim, em 2007 ocorreu a aprovação da Lei 11.638/07, o que auxiliou na aceleração do processo de convergência das normas brasileiras para o padrão IFRS, e as orientações do CPC passaram então a serem diretrizes para a elaboração de relatórios financeiros.

Dessa forma, de acordo com a Instrução CVM nº 457, com o comunicado do Banco Central nº 14.259 e Circular SUSEP nº 357, as companhias abertas, as companhias financeiras e de seguros privados, deveriam de forma obrigatória, preparar e divulgar, a partir de 2010 (sendo o período de 2008 e 2009 denominado como período de transição), seus relatórios contábeis consolidados de acordo com as IFRS.

Segundo Deloitte (2008, p. 2), a adoção das IFRS “é uma grande oportunidade de se integrar à nova linguagem internacional da contabilidade, que favorecerá o entendimento das demonstrações financeiras por parte dos investidores, dos órgãos reguladores internacionais e de todos os agentes do mercado”.

Malaquias (2008) ressalta que, com a convergência às IFRS, as regras contábeis apesar de não serem as mesmas em diferentes países, permitem com que valores de ativos, passivos, patrimônio líquido e contas de resultados de uma única empresa, situada em diferentes países, não oscilem seus resultados, ou seja, sejam idênticos.

Com a Lei 11.638/07 e a adoção das IFRS então, houve muitas mudanças na contabilidade brasileira, dentre elas a isenção da reavaliação de ativos e passivos, e o registro contábil de ativos diferidos (LORENCINI; COSTA, 2012).

Entretanto, assim como outros pontos inerentes ao julgamento contábil, as isenções quanto à reavaliação de ativos e registro de ativos diferidos permitem duas formas alternativas diante do fato: manter os saldos no balanço ou baixar (estornar) os saldos existentes. Tais possibilidades de escolhas são denominadas por “escolhas contábeis” e no inglês - “*accounting choice*” -, que serão tratadas ao longo do trabalho.

Cumprir ressaltar que, após o ano de 2007, os anos de 2008 a 2010 foram anos de transição, enquanto o ano de 2011 a 2012 foram anos de consolidação da norma, com tratativas diferenciadas para tais momentos. Assim, com o passar dos anos, o IASB tem aumentado o seu foco de atenção, ampliando os mercados para a aplicação das IFRS.

2.2 Escolhas contábeis

O cenário contábil vem sofrendo gradativas mudanças, como por exemplo, o processo de convergência contábil, que tem sido sinônimo de avanço no pensamento e prática contábil. As práticas e estudos na contabilidade têm desafiado o *status quo*, conforme Solomon e Solomon (2004) argumentam em relação à norma referente à estrutura conceitual, como meio de empurrar a teoria, isto é, tem desafiado o “deixar as coisas como estão”.

Tais mudanças sofrem influência da teoria positiva, que visa deixar de se voltar para como as empresas deveriam registrar e divulgar suas informações, para procurar analisar como estas realiza as escolhas contábeis, como responderão às novas exigências e como decidem que tipo de mensuração fará (SCOTT, 2009; LOPES; IUDICIBUS, 2004; GOULART, 2007).

Assim, embora haja normas, orientações e diretrizes quanto à mensuração, reconhecimento e evidenciação, existem circunstâncias e transações as quais os elaboradores possuem mais de uma opção de fazer o registro.

Isto porque, as normas contábeis, conforme ressaltado anteriormente vem migrando do tradicional “como fazer”, possuem vários eventos relacionados a uma transação que permitem formas diferentes de escolha contábil. Essas permissões muitas vezes geram possibilidades de gerenciamento dos resultados, que é um tema bastante discutido em pesquisas relacionadas às

escolhas contábeis (ALMEIDA; ALMEIDA, 2009; NARDI; NAKAO, 2009; DONELSON; MCINNIS; MERGENTHALER, 2013; GAO, 2013).

Cumprido ressaltar que, muito embora as normas gerem escolhas contábeis quanto ao tratamento contábil, essa não é a intenção do IASB, e reconsiderará ao longo do tempo tais eventos, de modo a reduzir essas permissões, a partir da melhoria e robustez das normas, não por voltar ao “como fazer”, mas reduzir as arestas, tornando os tratamentos corretos, senso comum, partindo de experiências anteriores e dos estudos desenvolvidos pelos acadêmicos e órgãos contábeis.

Torna-se oportuno definir o que são escolhas contábeis. Watts (1992) considera o “*Accounting Choice*” (escolhas contábeis) como uma escolha dos gestores de uma entidade por um método contábil em detrimento de outro. As escolhas contábeis devem ser o foco de estudo da contabilidade, buscando explicar o motivo das escolhas contábeis e prever as variações ocorridas, pois senão, não se poderá proporcionar uma compreensão eficaz aos estudantes de ciência contábil.

Conforme Marconi e Lakatos (2003, p. 144), variável de controle pode ser definida como: “aquele fator, fenômeno ou propriedade que o investigador neutraliza ou anula propositalmente em uma pesquisa, com a finalidade de impedir que interfira na análise da relação entre as variáveis independente e dependente”. Para o desenvolvimento da pesquisa serão apresentadas as variáveis de controle para testar a diferença entre as características das empresas que optaram por baixar ou manter o saldo da reserva de reavaliação.

De acordo com Fields, Lys e Vincent (2001), as escolhas contábeis geralmente são conduzidas por incentivos econômicos. Em observância a tais incentivos, alguns estudos fazem a associação entre as práticas de gerenciamento de resultados e *proxies* de controle (variáveis de controle) para explicar escolhas contábeis (COELHO; LOPES, 2007; LORENCINI; COSTA, 2012; ERFURTH; BEZERRA, 2013). Desta forma, no Quadro 1 são apresentadas as variáveis de controle utilizadas na pesquisa, bem como as hipóteses formuladas a partir das descrições tecidas.

Variável de controle	Sustentação teórica e hipótese
Escolha contábil - Baixaram x mantiveram o saldo da reserva de reavaliação.	As reservas de reavaliação podem ser definidas como as contrapartidas de aumentos de valores dos elementos do ativo em função de novas avaliações realizadas. Na perspectiva de convergência às normas internacionais de contabilidade, a Lei 11.638/07 determina a extinção das reservas de reavaliação. A Lei também estabelece que os saldos referentes às reservas de reavaliação sejam mantidos até sua efetiva realização ou estornados até o fim do exercício social de 2008.
Big Four - Ser ou não auditada por uma das quatro grandes firmas de auditoria (PricewaterhouseCoopers, Deloitte Touche Tohmatsu, KPMG e Ernst & Young).	Ser auditada por uma Big Four pode ser sinônimo ao mercado que os seus processos contábeis serão auditados por profissionais treinados em grandes companhias, sinalizando um aumento na reputação da empresa, com redução de possíveis práticas de gerenciamento de resultados (STIGLER, 1961 apud ALMEIDA; ALMEIDA, 2009). Os resultados do estudo de Almeida e Almeida (2009, p. 72) mostraram que “empresas que são auditadas pelas Big Four possuem um menor grau de <i>accruals</i> discricionários”. Dessa forma, considerando que a baixa dos saldos da reserva de reavaliação apontaria para resultados mais próximos do modelo internacional, espera-se que empresas auditadas pelas consideradas <i>Big Four</i> escolham efetuar a baixa dos saldos da reserva. H₁: considerando as empresas que foram auditadas pelas Big Four, há diferença estatisticamente significativa entre a proporção de empresas que mantiveram em detrimento das que baixaram o saldo da reserva de reavaliação.
Endividamento - Nível de endividamento.	Lorencini e Costa (2012) destacam que a proporção entre capital próprio e capital de terceiros, considerando uma estrutura de financiamento é influenciada por diversos fatores internos e externos à empresa. A hipótese do grau de endividamento, amplamente discutida na literatura, alega que as empresas que possuem alto grau de endividamento estão mais propensas a realizar escolhas contábeis que aumentem os seus lucros (WATTS; ZIMMERMAN, 1986).

	Espera-se que a baixa dos saldos resultaria em reversão da reserva de reavaliação, o que provocaria um aumento da receita e, consequentemente, aumento do lucro da empresa. Assim, espera-se que empresas com maiores níveis de endividamento optem pela baixa dos saldos da reserva. H₂: a mediana do nível de endividamento das empresas que optaram por manter o saldo da reserva de reavaliação é estatisticamente diferente a mediana das empresas que optaram por baixar o saldo.
Grau de internacionalização - Ter emitido ou não ADRs (<i>American Depositary Receipt</i>, papel emitido e negociado na Bolsa de Nova Iorque).	Com relação às empresas com ADRs negociados, percebe-se a tentativa dessas companhias de melhorar a proteção ao investidor mesmo não estando em um ambiente contratual satisfatório, em que aumentam sua transparência e adotam uma estrutura do conselho de administração em linha com as recomendações da literatura e dos códigos de melhores práticas de governança (SILVEIRA, BARROS e FAMÁ, 2004, p. 14). Lorencini e Costa (2012) afirmam que, atentando-se para o fato de que estas empresas precisam seguir tanto o modelo contábil do Brasil quanto o norte-americano, pode haver estímulos para que os resultados dessas empresas apresentassem maiores níveis de comparabilidade. Segundo Rodrigues e Dantas (2008, p. 10), Nos Estados Unidos, consideram-se as normas editadas pelo <i>Financial Accounting Standards Board</i> (FASB) nelas não é permitida a reavaliação, por isso os bens do ativo imobilizado são contabilizados pelo custo histórico, mas poderão sofrer <i>impairment</i>, que será contabilizado diretamente no resultado. Assim, a baixa dos saldos da reserva de reavaliação impactaria em valores semelhantes aos do modelo norte-americano. Assim, espera-se que as empresas emissoras de ADRs escolham efetuar a baixa dos saldos da reserva de reavaliação. H₃: considerando as empresas que emitem ADRs, há diferença estatisticamente significativa entre a proporção de empresas que mantiveram em detrimento das que baixaram o saldo da reserva de reavaliação.
Nível de Governança Corporativa	A Governança Corporativa é considerada um sistema que dirige monitora e incentiva as empresas, com preocupação de envolvimento dos relacionamentos entre proprietários, diretoria, órgãos de controle e Conselho de Administração (MALACRILDA; YAMAMOTO, 2006). No contexto brasileiro, algumas iniciativas já vêm sendo realizadas no sentido de estimular e aperfeiçoar a Governança Corporativa das empresas, com destaque para a criação de “Níveis Diferenciados de Governança Corporativa”, que tem por finalidade incentivar e preparar, de forma gradativa, as empresas para aderirem a patamares que possibilitem uma adaptação progressiva das empresas já listadas na BOVESPA (MALACRILDA; YAMAMOTO, 2006; LORENCINI; COSTA, 2012). Espera-se que as empresas com participação nos níveis diferenciados de Governança Corporativa da Bovespa tendem a facilitar a comparabilidade entre seus números contábeis com os das demais empresas, bem como em alinhar a contabilidade da empresa com as novas exigências normativas, o que pode gerar uma melhor informação aos investidores, optando assim pela baixa do saldo da reserva de reavaliação. H₄: considerando as empresas que apresentam nível diferenciado de governança corporativa, há diferença estatisticamente significativa entre a proporção de empresas que mantiveram em detrimento das que baixaram o saldo da reserva de reavaliação.
Participação dos Administradores no Resultado	Watts e Zimmerman (1986), nos estudos sobre a Teoria Positiva da Contabilidade, discutem sobre a Hipótese do Plano de Incentivo, em que afirmam que existem conflitos de interesses entre os administradores e os proprietários e, dessa forma, os administradores tomam as suas decisões visando a maximização do seu bem estar pessoal. Nesta hipótese, os autores também destacam que quando os administradores possuem planos de incentivos, mais conhecidos atualmente como participação no resultado, os administradores tendem a fazer escolhas contábeis que antecipam resultados futuros. Assim, a baixa dos saldos resultaria em uma reversão da reserva de reavaliação, o que aumentaria o lucro da empresa, trazendo benefícios para os administradores. Dessa forma, espera-se que os administradores sejam incentivados a optar pela baixa dos saldos da reserva de reavaliação.

	H₅: considerando as empresas que apresentam política de participação dos administradores nos resultados, há diferença estatisticamente significativa entre a proporção de empresas que mantiveram em detrimento das que baixaram o saldo da reserva de reavaliação.
Tamanho da empresa	Alencar (2005) menciona que em estudos internacionais, a medida utilizada para verificar o tamanho da empresa é o valor de mercado. Logo, uma relação entre o tamanho da empresa e a escolha por baixar ou manter o saldo da reserva de reavaliação é esperada, visto que se o tamanho da empresa é geralmente medido pelo valor de mercado, a baixa da reserva de reavaliação pode impactar no tamanho da empresa. Neste contexto, visando analisar a diferença entre o tamanho das empresas perante a escolha contábil, por meio das variáveis ativo total e patrimônio líquido foi construída a seguinte hipótese a ser testada: H₆: a mediana do logaritmo neperiano do tamanho das empresas que optaram por manter o saldo da reserva de reavaliação é estatisticamente diferente da mediana das empresas que optaram por baixar o saldo.
Tamanho da reserva de reavaliação	Assim como na pesquisa Lorencini e Costa (2012), o tamanho do saldo diferido apresentou ser uma variável que impactaria na manutenção dos saldos, acredita-se também que, quanto maior o saldo da reserva de reavaliação, maior é a possibilidade de mantê-lo, pois pode ocorrer um impacto na estrutura patrimonial da empresa. H₇: a mediana do logaritmo neperiano do saldo da reserva de reavaliação das empresas que optaram por manter o saldo da reserva de reavaliação é estatisticamente diferente a mediana das empresas que optaram por baixar o saldo.
Deemed Cost	Muito embora, a reserva de reavaliação tenha sido extinta com a promulgação da Lei 11.638/07, houve uma forma semelhante a uma reavaliação no momento da adição inicial das IFRS, onde seria permitido uma só vez, o ajuste de avaliação patrimonial, denominado como “custo atribuído” ou “ <i>deemed cost</i> ”. Assim espera-se que, com a extinção da prática de reserva de reavaliação as empresas tenham feito o <i>deemed cost</i> no momento da adoção inicial, principalmente àquelas empresas que optaram por baixar o saldo da reserva de reavaliação, uma vez que esta seria a única possibilidade de ajuste. H₈: considerando as empresas que apresentaram ajuste de avaliação patrimonial no momento da adoção inicial das IFRS, há diferença estatisticamente significativa entre a proporção de empresas que mantiveram em detrimento das que baixaram o saldo da reserva de reavaliação.

Quadro 1 – Variáveis de controle do estudo.

Tais variáveis de controle serão utilizadas no desenvolvimento dos resultados, bem como as hipóteses serão testadas frente aos tratamentos estatísticos percorridos na próxima seção.

3 Aspectos metodológicos

3.1 Classificação da pesquisa, seleção da amostra e coleta de dados.

A pesquisa é delineada pela tipologia descritiva, uma vez que descreve o comportamento e relação entre as variáveis (GIL, 2002). Quanto à abordagem metodológica, o presente estudo classifica-se como quantitativo, visando aplicar técnicas estatísticas para tecer discussões fundamentadas com base na relação entre as variáveis.

Quanto à coleta de dados, esta foi realizada por meio dos relatórios contábeis das empresas, bem como por meio do sistema Economática® para identificação dos dados referentes às variáveis de controle e à variável dependente – escolha contábil (base de mensuração). Desta forma, a presente pesquisa é classificada como documental, por meio de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, sendo possível organizar os dados que estão dispersos, mas importantes para cumprir o objetivo da pesquisa (BEUREN, 2008).

No desenvolvimento da presente pesquisa, a amostra é intencional e não aleatória e não probabilística, não podendo os resultados ser generalizados. Inicialmente foram elencadas as 525 empresas pertencentes ao índice BOVESPA, constantes em 29 de maio de 2013.

Com esta amostra, foram verificadas no Economática® quais destas empresas apresentaram reserva de reavaliação em dezembro de 2007 (período que antecede a adoção das IFRS), chegando a 126 empresas. Posteriormente foram excluídas as repetições de empresas listadas, devido à separação em ações ordinárias e preferências, bem como as empresas ligadas a *holding*.

Com tais exclusões, foram elencadas 120 empresas, as quais são identificadas as empresas amostrais, suas abreviações (nome de pregão na BOVESPA) e o respectivo setor de atividade a que se enquadra.

Composta a amostra de empresas, foi feita a coleta dos dados nas DFPs (Demonstrações Financeiras Padronizadas), e extraídos os dados do Economática, referentes aos anos de 2007 e 2008, que fornecem informações anteriores e posteriores à adoção das IFRS no Brasil e consequentemente às proibições da prática de reavaliação de itens patrimoniais. Os dados dos relatórios foram extraídos do sítio eletrônico da BOVESPA, bem como dos sítios eletrônicos da CVM.

Em relação às variáveis quantitativas, foi realizado o teste de normalidade e verificou-se que os dados apresentaram distribuição não normal. Dessa forma, será utilizado o teste *U* de *Mann-Whitney*, que, conforme Fávero *et al.* (2009), é aplicado para testar se duas amostras independentes foram extraídas de populações com médias iguais, sendo utilizado quando houver a rejeição da hipótese de normalidade. O teste *U* de *Mann-Whitney* é um teste estatístico para uma variável medida em escala ordinal, que possibilita a comparação da diferença de posição de duas populações, considerando as observações de duas amostras independentes (MALHOTRA, 2006).

Para as variáveis qualitativas, como estas se caracterizavam como variáveis dicotômicas foi selecionado o teste de razão de verossimilhanças, que testa a semelhança entre as proporções dos dados. Biase e Ferreira (2009, p. 303-304) “afirmam que, para que seja possível realizar o teste de hipótese de igualdade de *k* proporções binomiais independentes $H_0: \pi_1 = \pi_2 = \dots = \pi_k =: \pi_0$, o teste de razão de verossimilhanças foi construído”.

As funções de verossimilhanças, considerando os modelos probabilísticos binomiais independentes, com H_1 (modelo irrestrito Ω) e H_0 (modelo restrito Ω_0) foram maximizadas e a estatística do teste resultante é apresentada através da Equação 1.

Equação 1:

$$\Lambda = \frac{L_{\Omega_0}(y|\pi_0)}{L_{\Omega}(y|\pi)}$$

onde $\hat{\pi}_0$ é o estimador da máxima verossimilhança de π_0 no modelo restrito Ω_0 , sob H_0 , e $\hat{\pi} = [\hat{\pi}_1, \hat{\pi}_2, \dots, \hat{\pi}_k]^T$ é o estimador do vetor de parâmetros no modelo irrestrito Ω , sob H_1 .

Os autores ressaltam que, para realizar o teste, foi utilizado o fato de que $G^2 = -2 \ln(\Lambda)$ segue assintoticamente uma distribuição qui-quadrado com $v = k - 1$ graus de liberdade MOOD *et al.* (1974 apud BIASE; FERREIRA, 2009). A função suporte foi construída a partir da função de verossimilhança do modelo irrestrito Ω , e a expressão foi derivada em relação à π_i e igualada à zero, resultando no estimador de máxima verossimilhança conforme a Equação 2.

Equação 2:

$$\hat{\pi}_i = \frac{Y_i}{n_i}, \quad i = 1, 2, \dots, k.$$

Para o modelo restrito Ω_0 , Biase e Ferreira (2009) ressaltam que foi desenvolvido o raciocínio análogo ao modelo irrestrito para que fosse possível obter o estimador de máxima verossimilhança de π_0 , que pode ser verificado por meio da Equação 3.

Equação 3:

$$\pi_0 = \frac{\sum_{i=1}^k n_i \hat{\pi}_i}{n} = \frac{\sum_{i=1}^k Y_i}{n}$$

onde $n = \sum_{i=1}^k n_i$. O estimador $\hat{\pi}_0$, sob H_0 é obtido por meio da média ponderada dos estimadores de $\hat{\pi}_i$ (Equação 2) de cada população, onde os tamanhos das amostras será o peso. Considerando a Equação 1, a estatística do teste é dada pela Equação 4.

Equação 4:

$$A = \prod_{i=1}^k \left(\frac{\hat{\pi}_0}{\hat{\pi}_i} \right)^{Y_i} \left[\frac{1 - \hat{\pi}_0}{1 - \hat{\pi}_1} \right]^{n_i - Y_i}$$

Dessa forma, tem-se que a Equação 5 apresenta distribuição assintótica qui-quadrado com $v = k-1$ graus de liberdade, porque no modelo completo existem k parâmetros e no modelo reduzido, 1 parâmetro.

Equação 5:

$$G^2 = 2 \left\{ \sum_{i=1}^k y_i \ln \left(\frac{n Y_i}{n_i \sum_{j=1}^k Y_j} \right) + \sum_{i=1}^k (n_i - Y_i) \ln \left[\frac{n(n_i - Y_i)}{n_i (n - \sum_{j=1}^k Y_j)} \right] \right\}$$

Por fim, a hipótese nula das proporções binomiais de k populações deverá ser rejeitada caso $G^2 \geq X_{\alpha, k-1}^2$ (BIASE; FERREIRA, 2009).

3.2 Desenho da pesquisa

Para a organização dos dados e para os testes estatísticos, considerando a variável dependente (escolha contábil) foi utilizada a variável binária *dummy*, sendo atribuído valor 0 se a escolha foi baixar o saldo da reserva de reavaliação e 1 se a escolha foi manter o saldo da reserva de reavaliação até a baixa de sua amortização. Esta variável binária foi estabelecida também para as variáveis de controle nível de governança corporativa (NGC), participação dos administradores no resultado (PR), grau de internacionalização (ADR) e auditada por Big Four (BF). A distribuição das variáveis de controle foi estabelecida conforme Quadro 2.

Variável	Nome	Proxy
EC	Escolha Contábil	<i>Dummy</i> : Baixar = 0 ; Manter = 1
GC	Nível de governança corporativa	<i>Dummy</i> : Não possui = 0 ; Possui = 1
ADR	<i>American Depositary Receipt</i>	<i>Dummy</i> : Não emissora de ADR = 0 ; Emissora de ADR = 1
PR	Participação dos administradores no resultado	<i>Dummy</i> : Não remunera = 0 ; Remunera = 1
DC	<i>Deemed cost</i>	<i>Dummy</i> : Não aplica o <i>deemed cost</i> = 0 ; Aplica o <i>deemed cost</i> = 1
BF	Firma de auditoria	<i>Dummy</i> : Não auditada por Big 4 = 0 ; Auditada por Big 4 = 1
TR	Tamanho da reserva de reavaliação em 2008	Logaritmo neperiano do saldo da reserva de reavaliação.
AT	Tamanho da empresa - tamanho do ativo em 2008	Logaritmo neperiano do ativo total

PL	Tamanho da empresa - tamanho do patrimônio líquido em 2008	Logaritmo neperiano do patrimônio líquido
ENDIV	Endividamento em 2008	Resultado da relação entre a dívida total pelo ativo total.

Quadro 2 - Variáveis de controle utilizadas.

Cumprе ressaltar que, o logarіtmo neperiano foi utilizado de forma a padronizar os resultados das empresas que variam muito de acordo com diversos fatores de mercado. Sendo assim, diversas empresas compõem a amostra, e pode ocorrer que uma empresa apresente um ativo muito elevado em relação a outro ativo, e para se fazer a proporção é necessário que os valores estejam em bases aproximadas, que é suprimido pelo uso do logarіtmo neperiano.

Visando a organização dos dados coletados, foi elaborada uma planilha eletrônica contendo os seguintes dados: nome da empresa, setor, subsetor de atuação, escolha contábil, governança corporativa, ADRs, participação nos resultados, *demeed cost*, *big four*, tamanho da reserva (2008), ativo (2008), patrimônio líquido (2008) e nível de endividamento. Posteriormente foi realizado o teste de normalidade para as variáveis qualitativas e, considerando que a distribuição foi apresentada como não normal, utilizou-se o teste *U* de Mann-Whitney.

4 Análise dos dados

4.1 Estatística descritiva

Iniciando a análise dos resultados quanto à caracterização das empresas em relação à escolha contábil, foi analisada a distribuição de freqüências das empresas quanto à sua escolha contábil e seu respectivo setor de atuação. O Gráfico 1, apresenta a disposição da distribuição das freqüências das empresas em cada escolha contábil, por setor segmentado.

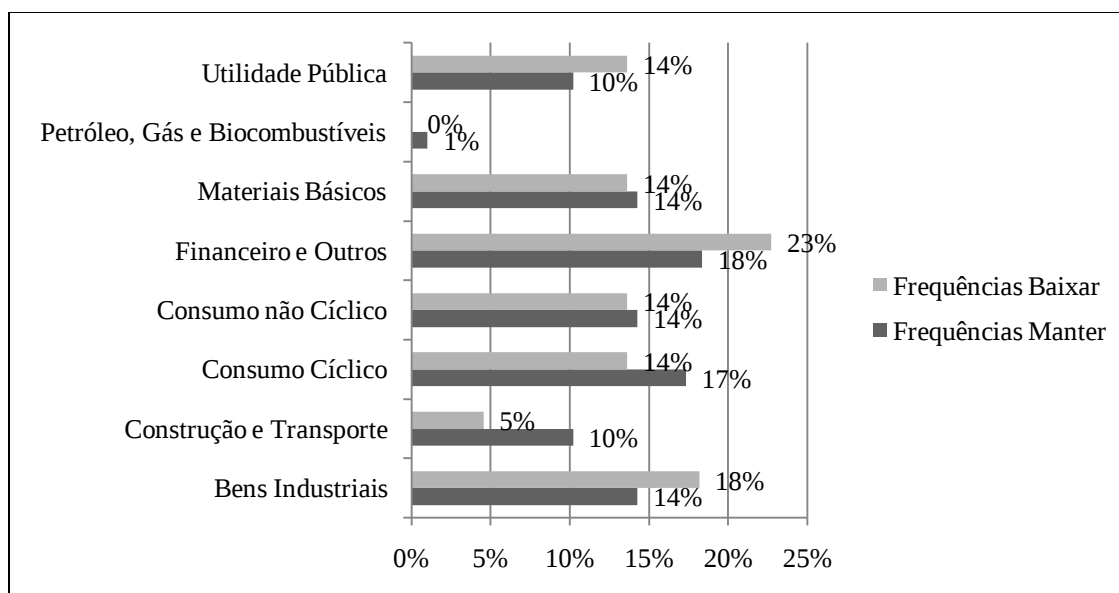


Gráfico 1 – Frequência das Empresas (por escolha contábil - manter ou baixar) x Setor segmentado

Em observância ao Gráfico 1, verifica-se que os setores com maior representatividade entre as empresas que optaram pela manutenção do saldo da reserva de reavaliação foram os setores “financeiro e outros” e “consumo cíclico”. Este resultado corrobora com o estudo de Assing (2008), que em sua pesquisa, percebeu que esses são setores que mais usaram o

procedimento de adotar o preço de mercado, e que, o valor do saldo da reserva de reavaliação possui relevância no grupo do patrimônio líquido, desta forma, sugerindo-se que o fato de que essa relevância possa influenciar na manutenção do saldo.

É possível verificar também que os setores que agrupam o maior número de empresas que optaram pela baixa do saldo da reserva de reavaliação são os setores “financeiro e outros” e “bens industriais”, o que ao mesmo tempo refuta a pesquisa de Assing (2008) que verifica que o saldo da reserva de reavaliação é relevante perante o grupo do patrimônio líquido, embora para as empresas que apresentaram a baixa do saldo da reserva de reavaliação não houve variação na representatividade dos setores. A Tabela 2 fornece a distribuição de frequências das empresas em relação às variáveis de controle, dividindo-as pela escolha contábil adotada, baixa ou manutenção do saldo da reserva de reavaliação.

Tabela 2 – Distribuição de Frequência – Empresas x Variáveis Qualitativas

	Geral		Escolha - Baixa		Escolha – Manutenção	
	Frequências (N=120)	Freq. Rel.	Frequências (N=98)	Freq. Rel.	Frequências (N=22)	Freq. Rel.
Governança Corporativa						
0 – Não possui	96	80%	80	82%	16	73%
1 – Possui	24	20%	18	18%	6	27%
ADR						
0 – Não emissora de ADR	98	82%	81	83%	17	77%
1 – Emissora de ADR	22	18%	17	17%	5	23%
Participação nos resultados						
0 – Não remunera	67	56%	58	59%	9	41%
1 – Remunera	53	44%	40	41%	13	59%
Deemed Cost						
0 – Não aplica o Deemed Cost	116	97%	94	96%	22	100%
1 – Aplica o Deemed Cost	4	3%	4	4%	0	0%
Big Four						
0 – não auditada por big four	65	54%	57	58%	8	36%
1 – auditada por big four	55	46%	41	42%	14	64%

De uma forma geral, é possível constatar que o percentual de empresas que escolheram a baixa do saldo da reserva de reavaliação (18,33%) é inferior ao percentual daquelas que mantiveram o saldo da reserva o percentual (81,67%). Realizando uma análise das características qualitativas das empresas que optaram pela manutenção do saldo da reserva de reavaliação, é possível verificar que a maior parte destas empresas não possui nível diferenciado de governança corporativa, não emitem ADR's, não apresentaram ajustes de avaliação patrimonial e possui políticas de remuneração dos administradores.

Verificou-se por meio da pesquisa, que apenas quatro empresas das 120 aplicaram o *deemed cost* em 2008, sendo assim, para esta variável não foram aplicados os testes estatísticos, uma vez que não haveria uma proporção de diferença entre empresas que baixam versus mantêm o saldo da reserva, logo, se aceita o H_0 e rejeita o H_8 , verificando-se que não há diferença entre a proporção em relação à escolha contábil.

Considerando as empresas que realizaram a baixa do saldo da reserva de reavaliação, examinou-se que a maioria das empresas não possui nível diferenciado de governança corporativa, não são emissoras de ADR's, não possui políticas de remuneração dos

administradores e também não apresentaram ajustes de avaliação patrimonial. Importante destacar que, conforme apontado na Seção 3.1, as variáveis qualitativas serão analisadas por meio do teste de verossimilhança, com o intuito de verificar se existem diferenças estatisticamente significativas entre as proporções das empresas. A Tabela 3 apresenta a estatística descritiva para as variáveis quantitativas consideradas para o estudo.

Tabela 3 – Estatística Descritiva – Variáveis Quantitativas

EscCont Dum.		RsReav2008	LnAt2008	LnPL2008	LnEnd2008
Manter	N (Válido)	98	98	98	98
	Média	9,940	13,67	10,15	4,36
	Mediana	9,850	13,00	12,00	4,00
	Desvio Padrão	2,000	2,181	5,595	,777
	Coeficiente Variação (%)	20,123	15,95	55,11	17,82
Baixar	N (Válido)	22	22	22	22
	Média	0,000	11,45	9,23	3,82
	Mediana	0,000	13,00	12,00	4,00
	Desvio Padrão	0,000	5,106	5,976	2,062
	Coeficiente Variação (%)	0,000	44,57	64,76	54,00

Por meio da Tabela 3, verifica-se que a média de ativos totais, bem como a média de patrimônio líquido total (ambas variáveis indicadores do tamanho da empresa) para as empresas que mantiveram o saldo de reserva de reavaliação é maior do que a média de ativos totais das empresas que optaram pela baixa. Isso pode ocorrer devido ao fato da redução total do saldo da reserva impactar diretamente no tamanho da empresa.

É possível analisar ainda perante a Tabela 3 que a média de endividamento é menor para as empresas que baixaram o saldo da reserva de reavaliação. Os resultados do estudo de Schvirck e Giasson (2008) apontaram que, empresas que fazem reavaliação apresentam indicadores de endividamento maiores, enquanto empresas que não fazem apresentam melhores indicadores financeiros, evidenciando melhor capacidade de pagamento das obrigações. Desta forma, infere-se que, assim como empresas que fazem reavaliação apresentam indicadores de endividamento maiores, empresas que optam por manter o saldo de tais reservas apresentam grau de endividamento maior do que empresas que baixaram.

Embora essa estatística descritiva apresentada possa sugerir alguns dos resultados, os tratamentos estatísticos reforçam os resultados, corroborando ou refutando os resultados aqui apresentados. Cumpre-se ressaltar que, para a variável tamanho do saldo da reserva de reavaliação, no ano de 2008, esta se apresenta como “0” para as empresas baixa, pois estas a partir da baixa não mais apresentavam saldo na referida conta. Além disso, ressalta-se também que, as medianas são iguais entre as empresas que baixaram e mantiveram o saldo da reserva, entretanto estes resultados precisam ser testados a um nível nominal de significância estatística. Assim, no próximo tópico são apresentados os tratamentos estatísticos dos dados.

4.2 Tratamento estatístico dos dados

Com o intuito de verificar se existem diferenças significativas de proporções entre as empresa, considerando as variáveis qualitativas, foi realizado o teste de verossimilhança. A Tabela 4 demonstra o resultado do teste de verossimilhança realizado, considerando um nível de significância de 0,05.

Tabela 4 – Teste de Verossimilhança

	GCorp	ADR	PResult	BFour
E1 – baixar	0,2727	0,2273	0,5909	0,6364
E2 – manter	0,1837	0,1735	0,4082	0,4184
p-valor	0,0001	0,0020	0,0153	0,0008

Analisando os dados apresentados pela Tabela 4, a um nível de significância de 0,05, é possível concluir que, para as quatro variáveis qualitativas analisadas, a hipótese H_0 , construída para cada variável, será rejeitada, neste caso aceitando-se o H_1 , o H_3 , o H_4 e o H_5 . Dessa forma, pode-se concluir que houve diferenças estatisticamente significativas entre as proporções das empresas que baixaram o saldo da reserva de reavaliação em relação àquelas que optaram pela manutenção do saldo.

Visando o tratamento estatístico das variáveis quantitativas, foi realizado o teste de *Mann-whitney*, tendo em vista que, conforme Seção 3.1, o teste de normalidade foi realizado e identificou-se que os dados seguem uma distribuição não normal. O resultado do teste de *Mann-whitney*, considerando um nível de significância de 0,05, é apresentado na Tabela 5.

Tabela 5 – Teste de *Mann-whitney*

	Hipótese nula	Significância	Decisão
1	A distribuição de RsReav2008 é a mesma entre as categorias de EscCont Dum.	0,976	Reter a hipótese nula.
2	A distribuição de LnAt2008 é a mesma entre as categorias de EscCont Dum.	0,174	Reter a hipótese nula.
3	A distribuição de LnPL2008 é a mesma entre as categorias de EscCont Dum.	0,509	Reter a hipótese nula.
4	A distribuição de LnEndiv é a mesma entre as categorias de EscCont Dum.	0,914	Reter a hipótese nula.

São exibidas significâncias assintóticas. O nível de significância é 0,05.

Conforme já apontado na Tabela 5, a um nível de significância de 0,05, é possível concluir que, para as quatro variáveis analisadas, a hipótese H_0 será aceita. Nesse sentido, conclui-se que a mediana das variáveis “reserva de reavaliação”, “tamanho da empresa” e “nível de endividamento” das empresas que optaram por manter o saldo da reserva de reavaliação é estatisticamente igual à mediana das variáveis mencionadas das empresas que optaram por baixar o saldo, neste caso rejeitando-se o H_2 , o H_6 , e o H_7 .

Tais resultados apresentados na Tabela 5 confirmam os resultados apontados na estatística descritiva apresentada no tópico anterior, quando a mediana das variáveis entre as empresas que optaram pela baixa e as que optaram pela manutenção apresentaram medianas iguais. Porém, embora a estatística descritiva tenha apresentado diferença entre o tamanho da empresa e o nível de endividamento, ao aplicar o teste estatístico de *Mann Whitney*, verificou-se que a mediana de tais variáveis entre as escolhas contábeis das empresas são estatisticamente iguais, refutando a pesquisa de Schvirck e Giasson (2008).

5 Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo identificar as principais diferenças entre as características das empresas que optaram por manter o saldo da reserva de reavaliação *versus* as características das empresas que optaram por baixá-lo.

Estudos anteriores foram conduzidos, buscando construir uma ponte entre as escolhas contábeis (e práticas de gerenciamento de resultados) e incentivos, bem como variáveis de controle de forma a explicar os motivos e implicações para tais escolhas contábeis (COELHO;

LOPES, 2007; LORENCINI; COSTA, 2012; ERFURTH; BEZERRA, 2013) assim como, pesquisas tem analisado as possibilidades de gerenciamento de resultados, discutidas em diversas pesquisas (ALMEIDA; ALMEIDA, 2009; NARDI; NAKAO, 2009; DONELSON; MCINNIS; MERGENTHALER, 2013; GAO, 2013).

Na percepção dos autores, a presente pesquisa tem como contribuição teórica, apresentar à literatura, pressupostos que auxiliem na elaboração de uma teoria, principalmente referente às escolhas contábeis, visando apresentar explicações quanto às escolhas realizadas pelas empresas diante de normativos e orientações criados com o cenário de convergência contábil. Além disso, percebe-se também uma contribuição, quanto à aplicação de um método estatístico – o teste de verossimilhança –, ainda pouco utilizado em pesquisas contábeis.

Inicialmente, com relação aos setores, verificou-se por meio dos resultados que a maior representatividade entre as empresas foi pertencente às empresas dos setores “financeiros e outros” e “consumo cíclico” situação que pode ter ocorrido devido a estes setores serem os que mais usam procedimento da reavaliação.

Com relação à análise das características qualitativas das empresas que optaram pela manutenção do saldo de reavaliação, a maioria das empresas não possuem níveis diferenciados de governança corporativa, não emitem ADRs, não apresentam ajustes de avaliação patrimonial e possuem políticas de remuneração dos administradores.

Verificou-se de forma geral que, não houve diferença estatisticamente significativas entre as proporções das empresas que baixaram o saldo da reserva de reavaliação em relação às empresas que mantiveram o saldo, para as variáveis quantitativas abordadas (tamanho da reserva de reavaliação, tamanho da empresa e nível de endividamento da empresa). Para as variáveis qualitativas (governança corporativa, ADRs, empresa auditada por *big four* e participação dos administradores nos resultados) houve diferença estatisticamente significativa entre as proporções de empresas que optaram por baixar versus manter o saldo da reserva de reavaliação.

Como sugestão de pesquisas futuras, sugere-se um estudo que confronte as características das empresas nacionais que baixaram ou mantiveram seu saldo de reserva de reavaliação com as características de empresas de outros países que também são impedidos à prática de reavaliação de ativos.

Referências

ALENCAR, R. C. Custo do capital próprio e nível de disclosure nas empresas brasileiras. **BBR Brazilian Business Review**, Vitória, v. 2, n. 1, p. 01-12, jan./jun., 2005.

ALMEIDA, J. E. F.; ALMEIDA, J. C. G. Auditoria e Earnings Management: estudo empírico nas empresas abertas auditadas pelas big four e demais firmas de auditoria. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 20, n. 50, p. 62-74, maio/ago., 2009

ASSING, I. **O atendimento às normas na reavaliação de ativos imobilizados e nos pareceres emitidos por auditoria independente**: um estudo exploratório. Dissertação (Mestre em Ciências Contábeis) – Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

BEUREN, I. M. (Org.) e outros. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

BIASE, N. G.; FERREIRA, D. F. Comparações múltiplas e testes simultâneos para parâmetros binomiais de k populações independentes. **Revista Brasileira de Biometria**, v. 27, n. 3, p. 301-323, 2009.

BM&FBovespa. **Empresas listadas**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em: 21 mai. 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em 20 mai. 2013.

COELHO, A. C. D.; LOPES, A. B. Avaliação da prática de gerenciamento de resultados na apuração de lucro por companhias abertas brasileiras conforme seu grau de alavancagem financeira. **Revista de Administração Contemporânea - RAC**, ed. especial, p. 121-144, 2007.

CVM. **Consulta de documentos de Companhias Abertas**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em: 21 mai. 2013.

DELOITTE. **O Brasil na convergência**: um guia prático para a adoção das IFRS. 2008. Disponível em: <<http://www.iasplus.com/en/binary/americas/0902brazilpracticalguide.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

DONELSON, D. C.; MCINNIS, J. M.; MERGENTHALER, R. D. Discontinuities and earnings management: evidence from restatements related to securities litigation. **Contemporary Accounting Research**, v. 30, n. 1, 2013, p. 242-268.

ERFURTH, A. E.; BEZERRA, F. A. Gerenciamento de resultados nos diferentes níveis de governança corporativa. **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos, BASE**, v. 10, n. 1, p. 32-42, jan./mar., 2013.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de dados**: modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FIELDS, T. D., LYS, T. Z., VINCENT, L. Empirical research on accounting choice. **Journal of Accounting and Economics**, 31, 255-307, 2001.

GAO, P. A measurement approach to conservatism and earnings management. **Journal of Accounting and Economics**, 55, 2013, p. 251-268.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOULART, A. M. C. **Gerenciamento de resultados contábeis em instituições financeiras no Brasil**. 2007. São Paulo, SP. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 211 p.

LOPES, A. B; IUDÍCIBUS, S. **Teoria Avançada da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

LORENCINI, F. D.; COSTA, F. M. Escolhas contábeis no Brasil – identificação das características das companhias que optaram pela manutenção versus baixa dos saldos do ativo diferido. **Revista de Contabilidade e Finanças**, USP, São Paulo, v. 23, n. 58, p. 52-64, jan./fev./mar./abr., 2012.

MALACRIDA, M. J. C.; YAMAMOTO, M. M. Governança corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do Ibovespa. **Revista Contabilidade e Finanças**, v.17, n. especial, p. 65-79, 2006.

MALAQUIAS, R. F. **Disclosure de instrumentos financeiros segundo as normas internacionais de contabilidade**: evidências empíricas de empresas brasileiras. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Gestão e Negócios, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing**: uma orientação aplicada. 4. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARKONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NARDI, P. C. C.; SILVA, R. L. M. da; NAKAO, S. H.; VALLE, M. R. do. A relação entre gerenciamento de resultados contábeis e o custo de capital das companhias abertas brasileiras. **Revista Universo Contábil**, v. 5, n. 4, p. 6-26, out./dez., 2009.

RODRIGUES, L. F.; DANTAS, J. A. Reserva de reavaliação: uma análise teórico-empírica à luz da Lei 11.638, de 27 de dezembro de 2007. **Revista Unieuro de Contabilidade – RUC**, Brasília, v. 1, n. 1, set. 2008.

SCHVIRCK, E.; GIASSEN, O. R. Perfil econômico-financeiro de empresas que fazem e que não fazem reavaliação de ativos. **Brazilian Business Review**, v. 5, n. 3, set./dez., p. 255-270, 2008.

SCOTT, W. R. **Financial accounting theory**. Toronto: Prentice Hall, 2009.

SILVEIRA, A. M.; BARROS, L. A. B. C.; FAMÁ, R. Qualidade da Governança Corporativa no Brasil e os Fatores que a Determinam. In: Encontro Anual da ANPAD, 28., 2004, Curitiba, **Anais...** Curitiba: Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração – ANPAD, 2004, p.1-16.

SOLOMON, A.; SOLOMON, J.; A conceptual framework of conceptual frameworks: positioning corporate financial reporting and corporate environmental reporting on a continuum. 2004. **Working paper**, University of Exeter. Disponível em: <<http://business-school.exeter.ac.uk/documents/papers/accounting/2004/0405.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2013.

WATTS, R. L. Accounting choice theory and market-based research in accounting. **British Accounting Review**, 24, p. 235-267, 1992.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. **Positive accounting theory**. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1986.